

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Esforço contra crime organizado



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO/JC

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edson Fachin, lançou a “Rede Nacional de Magistrados e Magistrados com Competência em Criminalidade Organizada”. Fachin afirma que o crime organizado age de forma complexa, em plataformas digitais, utilizando criptomoedas, estruturas empresariais aparentemente lícitas e mercados de apostas eletrônicas para movimentar recursos ilícitos. “Enfrentar esse fenômeno exige inteligência financeira e cooperação, além do rastreamento de criptoativos. A resposta estatal à criminalidade em rede exige, necessariamente, uma Justiça também articulada em rede”, analisa.

Alerta de possível invasão

O senador gaúcho Hamilton Mourão (Republicanos) solicitou que o chanceler Mauro Vieira compareça à Comissão de Relações Exteriores para explicar um documento no qual o Itamaraty aponta “risco de eventual uso de força militar por parte dos Estados Unidos da América em território nacional, motivados pela classificação unilateral de facções criminosas brasileiras (PCC e CV), como organizações terroristas por aquele país”. De acordo com o ex-vice-presidente, “é imperioso compreender os fundamentos geopolíticos e de Inteligência que basearam o alerta do Itamaraty”.

Acordo sobre dívidas rurais

Presidente da Câmara, Hugo Motta anunciou que fechou acordo com o governo sobre as dívidas rurais. O ministro Dario Durigan, afirmou que o acordo foi possível após muito diálogo, e que todos tiveram que ceder em algum ponto, que o governo saiu de uma posição mais dura para acomodar a grande maioria dos produtores. Ele ressaltou que não dava para incluir todos, mas sim os que mais precisam. De acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, produtores com perdas maiores e perda de 40% da renda bruta, especialmente no Rio Grande do Sul, o prazo poderá chegar a dez anos. “É uma linha que vai dar o fôlego necessário para o agricultor brasileiro chegar adiante.”

Bens em garantia na renegociação

Durante as negociações do acordo foram discutidos, entre outros pontos que serão incluídos na medida provisória, a questão das garantias dos bens, que poderão ser reaproveitadas pelo banco nas renegociações, sem a necessidade de apresentação de novos bens ou garantias adicionais pelos produtores; novas taxas de juros; e a criação de um fundo garantidor de crédito, nos moldes do que existe para o setor bancário.

TCE suspende licitação de PPPs em 98 escolas do RS

Corte de Contas identificou irregularidades no edital e no contrato

/ GESTÃO PÚBLICA

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Rio Grande do Sul determinou, por meio de medida cautelar concedida pelo conselheiro Estilac Xavier, a suspensão da licitação para parcerias público-privadas (PPPs) em 98 escolas estaduais de ensino médio, que estava sendo promovida pelo governo Eduardo Leite (PSD). A corte identificou irregularidades no edital e no contrato publicados.

Em resposta, o Piratini disse estar avaliando “as medidas cabíveis”, podendo ingressar ou não com recurso à decisão. O leilão estava marcado para a próxima quinta-feira, na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo.

A medida de Estilac acolheu representações protocoladas no Tribunal. Ao analisá-las, o conselheiro constatou erros na modelagem financeira, o que poderia elevar artificialmente a taxa de retorno, aumentando, assim, o valor da concessão.

Outra inconformidade identificada trata da falta de definição sobre as obras a serem realizadas nas escolas e que o Estado já está realizando investimentos em 29 das 98 unidades integrantes do projeto.

A proposta de PPPs do Executivo gaúcho visava contratar pelo período de 25 anos uma empresa para prestar serviços de infraestrutura nas escolas.

Estavam previstos investimentos na ordem de R\$ 4,5 bi-

lhões por parte do governo do Estado com a concessão, que compreende 4% das mais de 2,3 mil escolas da rede pública estadual.

As PPPs foram alvos de protestos promovidos pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers). No entendimento do sindicato, o investimento feito com dinheiro público visa lucro e poderá causar desigualdades entre as escolas da rede estadual.

CAMILA DOMINGUES/PALÁCIO PIRATINI/JC



Governo previa que empresa garantisse infraestrutura nas escolas

Prefeitura da Capital dá início a parceria em escolas

A prefeitura de Porto Alegre assinou, nesta quinta-feira, o contrato que marca o início da Parceria Público-Privada (PPP) Escola Bem-Cuidada. A iniciativa prevê a construção de 10 novas escolas de educação infantil, a reforma completa de 96 unidades da rede municipal e a manutenção predial de 107 instituições de ensino.

O contrato terá vigência de 20 anos. Participaram da cerimônia o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), o secretário municipal de Educação, Leonardo Pascoal, além de demais autoridades municipais.

O consórcio vencedor, definido em dezembro de 2025, é formado pelas empresas Afonso França e Astra, que conquistaram os três lotes da licitação - dividindo as escolas em regiões Norte, Sul e Centro. Com o início da colaboração, a concessionária terá prazo de 24 meses para concluir a construção das 10 novas creches e pré-escolas.

A expectativa é criar mais de 1,8 mil novas vagas na educação infantil. Já a revitalização das unidades existentes deverá ser finalizada no máximo em até 46 meses. O calendário de manutenção se estende até pelo menos 2028.

Na ocasião, Melo destacou a assinatura do contrato como um marco para a Capital, classificando a iniciativa como a maior parceria público-privada voltada à educação do país. “Você transpondo para o privado, com regras claras, contratos bem feitos, licitação bem feita, é um avanço espetacular”, disse Melo.

A transferência da gestão ocorrerá de forma gradual, permitindo um período de adaptação antes que todas as escolas sejam incorporadas ao modelo. A administração da infraestrutura das escolas passará a ser de responsabilidade da empresa, administrando os serviços de segurança, limpeza, fornecimento de mobiliário, execução de obras

e manutenção predial. As atividades pedagógicas, a gestão dos professores e a alimentação escolar permanecerão sob responsabilidade da prefeitura de Porto Alegre.

Ao longo dos 20 anos de vigência, o contrato prevê um investimento global de R\$ 4,2 bilhões. Neste primeiro momento, cerca de R\$ 200 milhões já estão assegurados para a execução inicial do projeto, enquanto os demais recursos serão liberados de forma gradual, conforme o avanço das etapas previstas.

De acordo com o secretário municipal de Educação, a parceria deverá gerar uma economia estimada em R\$ 1,3 bilhão aos cofres públicos. “A PPP tem uma série de etapas, desde a apresentação inicial da proposta até a assinatura. Estamos falando de contratos que totalizam mais de 4,2 bilhões, então, tem uma complexidade grande”, afirma o secretário.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323